

Políticas culturais e juvenis no concelho de Grândola e os desafios da participação juvenil

SÍLVIA GOMES

silviamrgomes@gmail.com

Município de Grândola – Técnica Superior responsável pelo Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Membro do grupo coordenador da equipa municipal de apoio à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ANTÓNIO ÂNGELO VASCONCELOS

antonio.vasconcelos@ese.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação

CIPEM-INET-md, Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical, Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudo em Música e Dança, polo Instituto Politécnico do Porto

Resumo

O presente artigo apresenta os principais resultados de uma investigação realizada, no âmbito do mestrado em Educação, Práticas Artísticas e Inclusão, na Escola Superior de Educação de Setúbal, que teve como objetivo analisar as perceções dos jovens sobre as políticas culturais e juvenis de âmbito autárquico, enquadradas pelas orientações nacionais e europeias no concelho de Grândola, procurando compreender de que forma estas políticas influenciam — ou condicionam — a sua participação cultural, cívica, associativa e nos processos de decisão pública, em contextos de baixa densidade populacional. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e quantitativa, com recurso à pesquisa documental, inquéritos por questionário e entrevista através de *focus group* com jovens. Os resultados apresentam a visão dos jovens sobre a criação de políticas públicas que os envolvam diretamente na sua conceção e execução, propondo a diversificação da oferta cultural, juvenil, recreativa, artística e de participação dirigida aos jovens, através da implementação de estratégias que estimulem a criatividade, o pensamento crítico e a cidadania ativa, salientando a importância de repensar as políticas culturais e juvenis a partir de uma lógica de democracia cultural.

Palavras-chave:

Juventude; políticas culturais; participação juvenil; práticas artísticas; inclusão social; territórios de baixa densidade

Abstract

This article presents the main findings of a study conducted within the framework of the Master's Degree in Education, Artistic Practices and Inclusion at the School of Education of Setúbal. The study aimed to analyse young people's perceptions of local cultural and youth policies, framed by national and European

guidelines, in the municipality of Grândola. It sought to understand how these policies influence—or constrain—their cultural, civic, associative, and public decision-making participation in low-density population contexts.

A mixed-methods approach was adopted, combining qualitative and quantitative methodologies through documentary research, questionnaire surveys, and focus group interviews with young people.

The findings highlight young people's perspectives on the development of public policies that directly involve them in both their design and implementation. Participants advocated for a more diverse range of cultural, youth, recreational, artistic, and participatory opportunities aimed at young people, through the implementation of strategies that foster creativity, critical thinking, and active citizenship. The results underscore the importance of rethinking cultural and youth policies from the perspective of cultural democracy.

Key concepts:

Youth; cultural policies; youth participation; artistic practices; social inclusion; low-density territories.

Introdução

Na última década a juventude tem vindo a assumir um lugar de referência no meio académico e político, deixando de ser apenas reconhecida como uma etapa de transição, e passando a ser uma categoria social plural, marcada por experiências, expectativas e condições de vida diversas (Pais, 1990; Ferreira & Nunes, 2010).

Documentos como a “Declaração de Lisboa + 21” e a “Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (CUE, 2018)” sublinham a importância de envolver os jovens em todas as fases da formulação de políticas, promovendo a participação cívica. No entanto, a concretização destas diretrizes enfrenta diversos desafios, principalmente em territórios de baixa densidade populacional, onde a falta de recursos, de oferta cultural e a centralização das decisões, levam a que possa existir uma limitação no acesso a oportunidades de envolvimento juvenil (Pais et al., 2020). Nestes territórios, uma das dimensões das políticas culturais locais passa por privilegiarem a mediação entre os jovens, o território e as instituições públicas, que quando orientadas para a democratização do acesso à cultura e para a valorização da democracia cultural, podem promover práticas artísticas inclusivas, estimular o pensamento crítico e reforçar o sentimento de pertença e participação dos jovens nas comunidades onde se inserem (Raposo & Aderaldo, 2019; Calvo, 2002; Fortuna, 2001).

É neste quadro que se insere este estudo, elegendo o concelho de Grândola como o seu campo de investigação. A escolha deste território justifica-se por constituir um caso representativo dos desafios sentidos no interior e em zonas tendencialmente periféricas do país. O Município de Grândola está integrado na unidade administrativa Alentejo Litoral (NUTS III) e apresenta, de acordo com os Censos 2021 (INE, 2021), uma população re-

sidente de 13.822 habitantes (dos quais 6,7% são de nacionalidade estrangeira). Caracteriza-se por uma densidade populacional marcadamente reduzida de 16,7 habitantes por km² — preenchendo os critérios estruturais de um território de baixa densidade populacional, conceito que designa regiões afetadas pela periferização económica, perda demográfica e escassez de redes infraestruturais de serviços — e por um elevado índice de envelhecimento, que alcança os 226,8%, registando ainda uma taxa de crescimento anual médio negativa de -0,699 (INE, 2021). Estudar a juventude num concelho com esta configuração geográfica e demográfica torna-se urgente para compreender como reter e envolver as novas gerações em ambientes propensos ao isolamento cultural.

Alguns estudos têm demonstrado um desfasamento entre as políticas culturais e juvenis implementadas e as expectativas dos jovens desses territórios, que quase sempre se traduzem em baixos níveis de participação, desconhecimento das iniciativas existentes e afastamento face aos processos de decisão (Lopes, 2000), o que levanta questões sobre a eficácia da implementação das políticas públicas de juventude e sobre os modelos de governação que são adotados a nível local.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira apresentaremos algumas dimensões teóricas subjacentes ao trabalho realizado, nomeadamente os conceitos de juventude, democracia cultural e democratização da cultura, na segunda o foco estará na metodologia utilizada, na terceira serão apresentados e discutidos os resultados e por último umas breves considerações finais.

1. Fundamentação teórica

A juventude enquanto categoria social plural e heterogénea é marcada por percursos diversos e por condições sociais, económicas e territoriais diferenciadas. Autores como Pais (1990) e Pappámikail (2022) sublinham que não existe uma única forma de viver a juventude, sendo esta uma fase, que nos dias de hoje é cada vez mais prolongada e instável, influenciada pela precariedade laboral, pela dependência familiar e pela transformação dos modelos de transição para a vida adulta. Neste contexto, as políticas públicas de juventude devem de estar atentas e responder às necessidades e aspirações desta população, indo além dos modelos tradicionais centrados em políticas para os jovens, e apostar em abordagens *com* e *a partir* da juventude, valorizando o seu envolvimento ativo na conceção e implementação das decisões que os afetam (Catani & Gilioli, 2004).

No campo das políticas culturais, a distinção entre democratização da cultura e democracia cultural evidencia que não basta garantir o acesso aos bens culturais, torna-se igualmente necessário promover a participação ativa dos cidadãos nos processos de criação, produção e decisão cultural. A democratização da cultura assenta na ampliação do acesso da população às manifestações culturais legitimadas pelas instituições, procurando reduzir as desigualdades por meio da difusão da oferta cultural. Esta perspetiva tem sido criticada por sustentar uma visão hierarquizada da cultura, em que os cidadãos são sobretudo recetores ou consumidores (Silva, et al., 2015). A democracia cultural, por sua vez, valoriza a diversidade das expressões culturais e reconhece os indivíduos e as comunidades como agentes ativos numa determinada localidade (Lopes, 2009).

Estudos como o *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020* demonstram que existem desigualdades no acesso e na participação cultural associadas à escolaridade, ao rendimento e à localização geográfica, estas tendem a agravar-se em territórios de menor dimensão, onde a oferta cultural é mais limitada e pouco diversificada (Pais et al., 2020). É neste contexto que as práticas artísticas e culturais surgem como ferramentas de inclusão social, de desenvolvimento pessoal e de participação comunitária. Matarasso (2019) e Cruz et al. (2017) evidenciam o potencial das práticas artísticas comunitárias como espaços de empoderamento, aprendizagem e transformação social.

2. Metodologia de investigação

A abordagem adotada foi de natureza qualitativa e quantitativa. No âmbito da investigação qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que se adequa ao objetivo de compreender as perceções, práticas e experiências dos jovens relativamente às políticas autárquicas culturais e juvenis no concelho de Grândola. Na investigação quantitativa, foi realizado um inquérito por questionário, de modo a abranger um número alargado de estudantes que frequentam atividades oferecidas pelo movimento associativo, comissões de alunos e outros atores locais. A escolha desta metodologia mista prende-se com a necessidade de conseguir captar a complexidade das realidades juvenis e de compreender como os jovens interpretam a oferta cultural e juvenil, bem como entender quais os fatores que condicionam ou potenciam a sua participação. Neste sentido, recorreu-se a uma estratégia de triangulação de métodos, combinando diferentes técnicas de recolha de dados, o que contribui para o reforço da validade e do rigor da investigação (Creswell, 2010).

A recolha de dados incluiu três técnicas: a pesquisa documental, inquérito por questionário e entrevistas em *focus group*. A pesquisa documental permitiu analisar documentos

orientadores das políticas culturais e juvenis, tanto a nível nacional como local, incluindo planos estratégicos, legislação, regulamentos municipais e documentos institucionais do Município de Grândola, para contextualizar o enquadramento político e institucional das políticas de juventude e culturais em estudo.

A construção do inquérito por questionário decorreu de um processo de análise documental e reflexão metodológica, apoiado na consulta de literatura e de documentos estratégicos relacionados com as culturas juvenis e as políticas culturais, tanto em contexto nacional como local. A definição das questões procurou assegurar a recolha de informação relevante para os objetivos da investigação, permitindo uma compreensão alargada das vivências, práticas e perceções dos jovens do concelho de Grândola.

O inquérito foi estruturado em seis dimensões principais: perfil socio biográfico, caracterização do agregado familiar, comunicação e tecnologias, tempos livres, cultura, juventude e participação social. Incluiu questões fechadas de resposta múltipla, complementadas por algumas questões abertas destinadas a aprofundar determinados aspetos da realidade juvenil. Os objetivos centrais consistiram em caracterizar a população jovem do concelho, identificar os meios utilizados para o acesso à informação, compreender as práticas de ocupação dos tempos livres, analisar as dinâmicas de sociabilidade associadas ao lazer e conhecer os hábitos de participação cultural e social.

A aplicação do questionário foi realizada através da plataforma Google Forms, sendo o acesso efetuado por meio de um código QR disponibilizado aos participantes. A participação ocorreu apenas após a assinatura do consentimento informado, garantindo o cumprimento dos princípios éticos da investigação. O preenchimento teve uma duração média de cerca de 15 minutos e, para assegurar a confidencialidade dos dados, cada participante foi identificado apenas através de um código numérico.

A informação obtida permitiu traçar um retrato global das experiências e práticas juvenis no território em estudo, fornecendo indicadores importantes para a identificação de tendências e padrões de comportamento que sustentaram a fase subsequente de análise qualitativa.

Complementarmente, realizaram-se entrevistas através de *focus group*, para explorar de forma mais detalhada as opiniões, expectativas e propostas dos jovens. O *focus group* possibilitou a interação entre participantes, favorecendo discursos coletivos, consensos e algumas divergências, bem como a reflexão crítica sobre as políticas e práticas culturais locais. O guião da entrevista realizada foi elaborado depois do tratamento do inquérito

por questionário e era constituído por 16 perguntas orientadoras, divididas por 4 temáticas: perfil socio biográfico, viver em Grândola, as iniciativas culturais e a participação em programas culturais e juvenis.

Entre julho e setembro de 2024 foram realizados dois *Focus Group*, centrados na exploração de diferentes temáticas relacionadas com as experiências, práticas e perceções dos jovens.

A seleção dos participantes teve por base critérios de diversidade, procurando incluir jovens com diferentes níveis de envolvimento associativo e comunitário, bem como distintas faixas etárias. Assim, foram considerados jovens que participavam em associações, coletividades ou projetos de voluntariado e jovens sem qualquer participação nestas estruturas, permitindo captar uma maior variedade de perspetivas e experiências.

O primeiro grupo foi constituído por três jovens do sexo feminino, com idades entre os 15 e os 16 anos, que frequentavam estabelecimentos de ensino distintos e apresentavam algum grau de participação em atividades associativas.

O segundo grupo integrou um jovem do sexo masculino e duas jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, dois dos jovens frequentavam escolas localizadas no concelho de Grândola e um estudava fora do concelho. Relativamente ao envolvimento associativo, dois participantes não participavam em atividades promovidas por associações ou coletividades, enquanto um mantinha uma participação regular nesse tipo de iniciativas.

As entrevistas foram conduzidas de forma flexível, procurando criar um ambiente de confiança e descontração que favorecesse a participação ativa e a livre expressão das opiniões dos jovens.

A análise dos dados foi realizada de forma sistemática e interpretativa, articulando a informação recolhida através das diferentes técnicas. Os dados recolhidos nos questionários e nos *focus group* foram interpretados com base no enquadramento teórico do estudo, permitindo identificar padrões, categorias e temas relevantes relacionados com a participação juvenil, as práticas culturais e os desafios das políticas locais.

No que respeita às questões éticas, a investigação cumpriu os princípios fundamentais da ética na investigação qualitativa, garantindo a participação voluntária, o consentimento informado, a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes. Foram asseguradas todas as condições para que os jovens se sentissem confortáveis e livres na partilha das suas experiências e opiniões.

Os participantes do estudo têm idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, distribuídos da seguinte forma: com 17 anos (24%), com 15 anos (23 %) e com 18 anos (22%), com menor expressão surgem os jovens com 13 anos (3%) e com 19 e 20 anos (1%), que frequentam atividades oferecidas pelo movimento associativo, comissões de alunos e outros atores locais. Foram convidadas cinco entidades, distribuídas da seguinte forma: uma associação desportiva, uma associação cultural, uma associação juvenil, uma comissão de jovens e uma entidade privada; todas tinham em comum a oferta regular de atividades para jovens, a participação no estudo foi voluntária e contou com a participação de 74 jovens.

3. Apresentação e discussão de resultados

A análise das perceções dos jovens do concelho de Grândola permitiu identificar um conjunto de tendências, limitações e oportunidades no domínio das políticas culturais e juvenis, demonstrando a existência de uma relação frágil entre a oferta existente e os interesses e práticas da juventude, como podemos observar nos dados que se apresentam a seguir nos domínios da utilização das tecnologias de comunicação; lazer e tempos livres; das práticas desportivas e artísticas; da participação em eventos culturais; dos programas direcionados para os jovens e das associações juvenis e participação social.

No que diz respeito à utilização das tecnologias de comunicação, os jovens estão fortemente ligados a dispositivos móveis e redes sociais, sendo o telemóvel (98,6%) o equipamento mais utilizado, seguido do computador portátil (60,8%) e da televisão (58,1%). Estes dados confirmam o papel central do telemóvel como ferramenta multifuncional no quotidiano destes jovens, enquanto o computador continua relevante para tarefas associadas à produtividade e ao contexto escolar (Amaral et al., 2017). Observa-se ainda uma menor utilização de equipamentos fixos, como computadores de secretária (27%) e consolas (27%), refletindo uma preferência por dispositivos móveis e flexíveis. Relativamente às plataformas de comunicação, destacam-se o Instagram (89,2%), o WhatsApp (85,1%) e o TikTok (75,7%) como os meios mais utilizados, evidenciando uma preferência por conteúdos visuais, interativos e de rápida circulação. Estes padrões acompanham as tendências nacionais que apontam para a centralidade de redes sociais visuais e interativas no quotidiano juvenil (Sagnier et al., 2021; Cardoso et al., 2022; Infante et al., 2019). Relativamente ao lazer e tempos livres, os jovens demonstram uma preferência por práticas informais e de sociabilidade, sobretudo com amigos, tanto em espaços públicos como privados. Estar com amigos na via pública, particularmente “No Jardim” (W.B.) e

em casa surge como a principal forma de ocupação dos tempos livres, “Na casa uns dos outros” (M.S.) como referido pelos participantes do Focus Group, revelando simultaneamente a importância do convívio e a perceção de falta de espaços estruturados de lazer. Os dados mostram que os jovens conciliam o lazer com o estudo e participam de forma significativa em atividades desportivas e artísticas, embora exista diversidade nas preferências, incluindo momentos de isolamento “Em casa, sozinha” (C.B.), alguns manifestam insatisfação com a escassez de opções de lazer no território “Não há nada para fazer (B.B.), “A mentalidade de Grândola é muito pequenina. As pessoas só se limitam a coisas pequenas.” (C.S.), “parece o fim do mundo” (C.B.), o que ajuda a explicar a concentração de atividades em contextos informais. Quanto às atividades de lazer, verifica-se uma predominância do consumo digital, como ouvir música (95,9%), usar redes sociais (94,6%) e ver vídeos no Youtube (86,5%). A televisão (64,9%), leitura (50%), e o cinema (48,6%) apresentam menor adesão, confirmando as tendências nacionais que apontam para a crescente centralidade do entretenimento digital nas rotinas juvenis (Sagnier, L. et al, 2021; Infante et al, 2019).

No que concerne às práticas desportivas e artísticas, a maioria dos jovens participa em atividades desportivas e artísticas fora da escola (68%), enquanto a participação em contexto escolar é menor, entre as atividades mais frequentadas destacam-se a dança contemporânea (30%) e o futebol (24%), seguidas por outras práticas como música (12%) e natação (12%), revelando a importância tanto do desporto como das artes no desenvolvimento juvenil. Ainda assim, os jovens dizem que a oferta é limitada, sobretudo em contexto escolar “a escola podia ter um ou dois clubes assim mais diversificados” (C.B.), “sim a escola também não tem assim muita coisa.” (M.S.) e em algumas áreas artísticas que não existem no concelho “onde é que está o teatro?” (C.B.).

A utilização dos equipamentos desportivos evidencia a preferência por espaços de acesso livre e flexível, como campos urbanos e polidesportivos (31,1 %) e (23%), enquanto as infraestruturas com horários e restrições apresentam menor adesão (6,8%), o que demonstra que a acessibilidade e a autonomia são determinantes na prática desportiva dos jovens. No geral, os dados mostram-nos que embora exista alguma participação, as atividades disponíveis não conseguem envolver de forma consistente a diversidade dos jovens, sugerindo a necessidade de uma maior diversificação e adaptação da oferta às diferentes motivações e perfis juvenis. Tal como defendem Doutor (2016) e Oliveira de Medeiros e Pacheco (2017), a participação em práticas artísticas depende da acessibilidade, da diversidade da oferta e da identificação dos jovens com as atividades propostas.

Quanto à participação em eventos culturais, os jovens reconhecem a importância da cultura como espaço de expressão e socialização, no entanto, os dados revelam que participam sobretudo em eventos culturais de carácter mais social e informal, como feiras (51,4%), concertos (28,4%) e festas tradicionais (36,5%), enquanto demonstram um baixo interesse por atividades mais formais, como teatro, workshops, exposições e apresentações de livros. As principais razões para a não participação são a falta de interesse, o desconhecimento dos eventos e dificuldades de transporte, o que evidencia fragilidades na divulgação “Nunca sei quando é” (W.B.) e na adequação da oferta cultural aos interesses dos jovens “não me parecem ser lá grande coisa.” (C.B.). Muitos consideram que as atividades existentes não são pensadas para eles “há mais atividades para idosos” (M.S.), “Eu acho que tentam pensar como jovens. Não chegam lá. Não alcançam. É mais uma satisfação própria” (C.B.), reforçando o distanciamento entre programação cultural e público juvenil. De referir, que uma parte significativa dos jovens desloca-se a concelhos vizinhos para participar em eventos culturais, sobretudo os de carácter festivo “Cá não há nada, nos outros sítios há sempre mais coisas. Nem se quer é preciso ir assim muito longe a Lisboa, não, vamos aqui ao pé” (W.B.), “nas outras feiras, em Santiago, fui praticamente todos os dias. Mas depois dos concertos, havia DJs”(B.S.), demonstrando que a baixa participação está associada ao desencontro entre a oferta e a procura dos jovens. Este resultado inscreve-se na linha de outros estudos nacionais que apontam para desigualdades no acesso e na participação cultural, associadas a fatores sociais, territoriais e educativos (Pais et al., 2020; Figueiredo et al., 2021).

No que se refere aos programas direcionados para os jovens, existe uma baixa participação dos jovens nas iniciativas e programas promovidos pelo município de Grândola, sobretudo por desconhecimento das atividades (59,6%), desinteresse (12,8%) e dificuldades de transporte (2,1%). O Estúdio Jovem (espaço direcionado para os jovens), apesar de ser conhecido (90,5%), apresenta níveis muito reduzidos de frequência (7,5%), sendo pouco atrativo para a maioria dos jovens “Aquilo é só crianças” (B.S.). Estes dados sugerem um desajuste entre a oferta existente e as expectativas da população juvenil, os resultados indicam a necessidade de melhorar a divulgação, diversificar a oferta e promover uma maior participação dos jovens na conceção das políticas e atividades que lhes são dirigidas. Os jovens entrevistados através de *focus group* apresentam sugestões de atividades como “Acho que devia fazer... Não é uma fusão, mas às vezes fazer atividades com... as várias escolas aqui e Grândola, juntarem as várias escolas cá de Grândola.” (B.S.), “A gente se habituou a ensinarem a fazer malabarismo, tipo circo, uma cena assim, era fixe.”

(C.S.), “Saídas. Todos os sítios têm. Até mesmo na escola, os de Santiago vão a Londres, vão a Lisboa e a gente só vai até Lisboa, nunca passamos de Lisboa.” (B.B.) “Intercâmbios” (W.B.), “animação à noite, aos fins de semana, no jardim” (M.S.), “um clubezito. Só para ir conhecer pessoas que tinham os mesmos gostos que nós” (C.B.). Conclui-se que existe uma desadequação entre aquilo que é oferecido e aquilo que os jovens procuram. Esta realidade reforça a importância de políticas construídas com base nas experiências concretas dos jovens, tal como defendido por Pais (2005), que sublinha a necessidade de ancorar as políticas nas vivências reais das juventudes.

Ao nível das associações juvenis e participação social, verifica-se uma fraca adesão aos mecanismos formais de participação. Este resultado confirma a ideia de que, apesar do reconhecimento institucional da importância da participação juvenil, persistem dificuldades na sua concretização efetiva (CUE, 2018; IPDJ, 2020). A inexistência de programas que integrem os jovens nos processos de decisão contribui para um distanciamento face às políticas públicas.

Conclusões

Os resultados demonstram que, apesar da existência de alguns programas de oferta cultural e juvenil promovidos pelo Município de Grândola, como o Programa Ocupacional Bora Lá Bulir, o Mês da Juventude, o Arte na Rua, as Campanhas de sensibilização, o Experimenta – Workshops e Oficinas e o Programa Vivam as Férias, persistem fragilidades ao nível da comunicação, da adequação das atividades e da participação dos jovens. A interação entre juventude e políticas públicas autárquicas revela-se ainda limitada, recomendando uma reconfiguração das estratégias de intervenção local. Existe a necessidade de uma mudança de paradigma, deixando de encarar os jovens apenas como destinatários das políticas para os reconhecer como participantes ativos na sua conceção, implementação e avaliação, em linha com os modelos participativos cada vez mais presentes nas políticas de juventude (Vieira & Ferreira, 2019).

A informação obtida evidencia a necessidade de criar mecanismos permanentes de participação juvenil. Neste contexto, poderá ser pertinente a elaboração de um Plano Estratégico Municipal para a Juventude, construído de forma participada e articulado com as políticas culturais locais, enquanto instrumento orientador da intervenção pública junto da população jovem.

A necessidade de adequar as políticas culturais aos interesses e práticas dos jovens não deve ser entendida como uma simples lógica de oferta orientada pela procura imediata.

Se, por um lado, os resultados evidenciam um desfasamento entre a programação existente e as expectativas da população juvenil, por outro, as políticas culturais têm também uma responsabilidade formativa, contribuindo para a criação de públicos e para o alargamento dos horizontes culturais dos jovens. Como refere Lopes (2000), em territórios de menor densidade as políticas culturais não se devem limitar à criação de infraestruturas, devendo igualmente investir na dinamização cultural e na formação de públicos. Torna-se, por isso, fundamental encontrar um equilíbrio entre o reconhecimento das preferências juvenis e a promoção de experiências culturais diversificadas, capazes de despertar novos interesses e estimular novas formas de participação.

Paralelamente, importa aprofundar a dimensão da participação juvenil enquanto prática de criação cultural e artística, ultrapassando uma visão centrada apenas no consumo de atividades e eventos. Os resultados sugerem que alguns jovens procuram espaços de expressão, experimentação e colaboração, o que reforça a importância de políticas assentes nos princípios da democracia cultural. Neste âmbito, o desenvolvimento de projetos de práticas artísticas participativas nas áreas do teatro, música, circo contemporâneo, artes visuais, multimédia ou criação digital, pode ser uma estratégia a utilizar, promovendo o envolvimento dos jovens na produção cultural e reforçando competências criativas e pensamento crítico.

O reforço das parcerias entre escolas, associações e município constitui igualmente um elemento fundamental para a concretização destes objetivos. A articulação entre educação formal, não formal e informal pode promover aprendizagens significativas e ajustadas à realidade dos jovens, contribuindo para a construção de práticas culturais mais inclusivas (Marandino, 2017). Neste contexto, as práticas artísticas assumem particular relevância enquanto ferramentas de inclusão social, desenvolvimento pessoal e participação comunitária. Como defendem Matarasso (2019) e Cruz et al. (2017), a participação em atividades artísticas pode promover o empoderamento dos jovens, o desenvolvimento de competências e a construção de uma cidadania ativa.

Em síntese, conclui-se que os desafios da participação juvenil no concelho de Grândola decorrem sobretudo de limitações organizacionais e estruturais das políticas culturais e juvenis locais. O estudo demonstra a importância de abordagens territorializadas, participativas e inclusivas, alinhadas com os princípios da democracia cultural, capazes de reconhecer a diversidade das juventudes e de promover o seu envolvimento ativo no desenvolvimento cultural e social das comunidades (Calvo, 2002; Carta do Porto Santo, 2021).

Esta investigação reforça a importância de continuar a aprofundar a relação entre juventude, cultura e participação, contribuindo para a construção de políticas públicas mais ajustadas, sustentáveis e transformadoras, particularmente em territórios de baixa densidade populacional, onde os desafios da inclusão e da participação juvenil assumem uma relevância acrescida.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., Reis, B., Lopes, P., & Quintas, C. (2017). Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais. *Estudos em Comunicação*, 24, 107–131. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45865/1/Amaral_Ines_et.al_2017_estudos-de-comunicacao.pdf
- Calvo, A. (2002). *La animación sociocultural: Una estrategia educativa para la participación*. Alianza Editorial.
- Cardoso, A., Brázia, A., & Araújo, M. (2022). *Estudo sociológico de caracterização da população jovem do concelho de Oeiras e suas dinâmicas*. Câmara Municipal de Oeiras; CE-SIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Carta do Porto Santo. (2021). *A cultura e a promoção da democracia: Para uma cidadania cultural europeia*. <https://portosantocharter.eu/wpcontent/uploads/2021/05/CartaDoPortoSanto.pdf>
- Catani, A. M., & Gilioli, R. (2004). *Juventude e políticas públicas: Entre a proteção e a participação*. Cortez.
- Conselho da União Europeia. (2018). *Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019–2027* (Resolução 2018/C 456/01). [https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=GA](https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=GA)
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Cruz, H., Bezelga, I., & Rodrigues, P. S. (Coord.). (2017). *Práticas artísticas comunitárias*. PELE – Espaço de Contacto Social e Cultural; CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora.
- Doutor, C. (2016). Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: Perspetivas e reflexões. *Ultima Década*, 24(45), 159–174.
- Ferreira, V. S., & Nunes, C. (2010). Transições para a idade adulta. In J. M. Pais & V. S. Ferreira (Eds.), *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa* (pp. 39–68). ICS.
- Figueiredo, C. C., Vasconcelos, A., Santos, F., Torres, J. V., & Alves, M. P. (2021). *A juventude do Seixal: Um contributo para a sua caracterização*. Instituto Politécnico de Setúbal.
- Fortuna, C. (2001). *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Celta Editora.
- Infante, P., Costa, R. P., Afonso, A., Jacinto, G., Conde, J., & Policarpo, M. L. (2019). *Diagnóstico juvenil: Os jovens em Évora dos 15 aos 29 anos*. Câmara Municipal de Évora; Centro de Investigação em Matemática e Aplicações da Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021: Resultados definitivos*. Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Português do Desporto e Juventude. (2020). *Lisboa+21: Políticas e programas de juventude numa perspetiva global*. Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ.

- Lopes, J. T. (2000). Em busca de um lugar no mapa: Reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 81–116.
<https://hdl.handle.net/10216/20059>
- Lopes, J.T. (2009). Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. *Cadernos de Estudo*, 14, 1–13. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Marandino, M. (2017). Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? *Ciência & Educação*, 23(4).
<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cmjvH7v4mFZMsdjV5bWLJfM/?format=pdf&lang=pt>
- Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta: Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Medeiros, I. O., & Pacheco, R. T. B. (2017). Arte, lazer e juventude no contexto da educação social. *Saber & Educar*, (22), 92–103.
- Pais, J. M. (1990a). *Sociologia da juventude*. Edições Afrontamento.
- Pais, J. M. (1990b). Lazer e sociabilidades juvenis: Um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, 25(108–109), 591–644.
- Pais, J. M. (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 49, 53–70.
- Pais, J. M., Magalhães, P., & Antunes, M. L. (2020). *Inquérito às práticas culturais dos portugueses 2020: Síntese dos resultados*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pappámikail, L. (2022). Futuro incerto e transição para a vida adulta: As novas gerações diante do projeto de vida. In M. L. Gutiérrez Bonilla & V. Araújo Correia (Eds.), *Aproximações aos mundos juvenis: Diálogos ibero-americanos* (pp. 13–28). Universidad Javeriana.
- Raposo, O., & Aderaldo, G. (2019). Políticas públicas e produção artístico-cultural entre jovens das periferias de Lisboa e São Paulo. *Etnográfica*, 23(1), 109–132.
<https://doi.org/10.4000/etnografica.6395>
- Sagnier, L., Morell, A., Mesa, M., García, I., Morcillo, R., Arenas, E., Yanguas, G., Ramos, A., & Álvarez, E. M. (2021). *Os jovens em Portugal, hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, A. S., Babo, E. P., & Guerra, P. (2015). Políticas culturais locais: Contributos para um modelo de análise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, 105–124.
<https://doi.org/10.7458/SPP2015783796>
- Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (2019). *Juventude(s) do local ao nacional: Que intervenção?* Observatório Permanente da Juventude; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Instituto Português do Desporto e Juventude.

Nota curricular

Sílvia Gomes, Técnica Superior de Animação Cultural no Município de Grândola, autarquia em que trabalha há mais de dois decénios nas áreas da cultura, juventude, associativismo e desenvolvimento local. É licenciada em Animação Sociocultural e mestre em Educação, Práticas Artísticas e Inclusão. É responsável pelo Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e desenvolve trabalho de articulação entre o município e as organizações locais, com principal atuação na participação cívica e na dinamização de políticas culturais e sociais. É membro do grupo coordenador da equipa municipal de apoio à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e participou na elaboração do Relatório Voluntário Local (VLR) de Grândola. Ao longo do seu percurso, tem desenvolvido projetos culturais e comunitários e participado em conferências e fóruns nacionais nas áreas da cultura, mediação cultural, inclusão e desenvolvimento sustentável, e em iniciativas de escala internacional, nomeadamente no High-Level Political Forum on Sustainable Development, na Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

António Ângelo Vasconcelos, estudou música no Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian de Aveiro, licenciou-se em Ciências Musicais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutorou-se em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa com a tese intitulada “Educação artístico-musical: cenas, atores e políticas”. É investigador integrado no CIPEM-INET-md - Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical, Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudo em Música e Dança, polo Instituto Politécnico do Porto, e tem participado e organizado diferentes tipos de encontros e congressos nacionais e internacionais, publicando trabalhos, em domínios diferenciados do ensino de música, da formação de professores, das artes, da educação, da cultura, das práticas artísticas, inclusão e criatividades e das políticas públicas. Dirigiu uma Escola Profissional de Música, trabalhou no Ministério da Educação no Núcleo do Ensino Artístico, foi Presidente da Associação Portuguesa de Educação Musical e foi professor visitante na Universidade Federal da Bahia. É professor coordenador na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e co coordena o Mestrado em Educação Práticas Artísticas e Inclusão.